

Instituto de Estudos para Políticas de Saúde

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023 e 2022**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Associados e Administradores do
Instituto de Estudos para Políticas de Saúde
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (“IEPS” ou “Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Instituto em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Thiago de Barros Albuquerque
Contador CRC-RJ-115847/O-1

Balanços Patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

ATIVO	Nota	2023	2022	PASSIVO	Nota	2023	2022
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	352	785	Contas a pagar	9	42.797	5.417
Títulos e valores mobiliários	5	8.322.556	3.761.603	Obrigações trabalhistas e sociais	10	273.194	208.373
Créditos a receber	6	31.041	8.900	Recursos para projetos sociais	11	6.003.614	4.651.439
Doações a receber	7	4.837.460	4.373.414			6.319.605	4.865.229
		13.191.409	8.144.702				
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Doações a receber	7	7.489.079	6.782.427	Recursos para projetos sociais	11	7.489.079	6.782.427
Imobilizado	8	390.314	383.160			7.489.079	6.782.427
Intangível	8	3.316	8.319				
		7.882.709	7.173.906				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Patrimônio Social	12	3.670.952	3.997.538
				Superávit/(Déficit) do exercício		3.594.482	(326.586)
						7.265.434	3.670.952
TOTAL DO ATIVO		21.074.118	15.318.608	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		21.074.118	15.318.608

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS

CNPJ Nº 32.121.994/0001-90 (Sede Rio de Janeiro) e 32.121.994/0002-71 (Filial São Paulo)

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

	Nota	2023	2022
RECEITAS OPERACIONAIS		12.701.489	7.607.948
Com restrições	13	3.726.493	2.456.935
Programas e Projetos Sociais		3.726.493	2.456.935
Sem restrições	13	8.974.996	5.151.013
Contribuições e Doações Voluntárias		8.891.796	5.118.013
Prestação de Serviços		83.200	33.000
CUSTO DAS ATIVIDADES SOCIAIS		(5.280.993)	(5.190.512)
Atividades Programáticas	14	(5.280.993)	(5.190.512)
RESULTADO BRUTO		7.420.496	2.417.436
DESPESAS OPERACIONAIS		(3.826.014)	(2.744.022)
Despesas com pessoal	15	(3.004.406)	(2.233.121)
Serviços prestados por terceiros	16	(526.049)	(305.686)
Viagens e estadias	17	(414.194)	(188.218)
Despesas gerais e administrativas	18	(630.540)	(487.252)
Depreciação e Amortização	8	(111.231)	(125.321)
Encargos e impostos	19	(946)	(17.724)
Resultado financeiro líquido	20	861.352	613.300
SUPERÁVIT/(DÉFICIT) DOS EXERCÍCIOS		3.594.482	(326.586)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Miguel de Ouro Preto Corrêa do Lago
Diretor Presidente
CPF 124.110.557-06

Marcelo Alves Caridade
Contador
CRC 116408/O-6

Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS

CNPJ Nº 32.121.994/0001-90 (Sede Rio de Janeiro) e 32.121.994/0002-71 (Filial São Paulo)

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

	2023	2022
Superávit/(Déficit) dos exercícios	3.594.482	(326.586)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultados abrangentes dos exercícios	3.594.482	(326.586)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Miguel de Ouro Preto Corrêa do Lago
Diretor Presidente
CPF 124.110.557-06

Marcelo Alves Caridade
Contador
CRC 116408/O-6

Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS

CNPJ Nº 32.121.994/0001-90 (Sede Rio de Janeiro) e 32.121.994/0002-71 (Filial São Paulo)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Patrimônio Social	Superávit / (Déficit)	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	609.437	3.388.101	3.997.538
Incorporação do Superávit	3.388.101	(3.388.101)	-
Déficit do exercício de 2022	-	(326.586)	(326.586)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.997.538	(326.586)	3.670.952
Incorporação do Déficit	(326.586)	326.586	-
Superávit do exercício de 2023	-	3.594.482	3.594.482
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.670.952	3.594.482	7.265.434

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Miguel de Ouro Preto Corrêa do
Lago Diretor Presidente
CPF 124.110.557-06

Marcelo Alves Caridade
Contador
CRC 116408/O-6

Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS

CNPJ Nº 32.121.994/0001-90 (Sede Rio de Janeiro) e 32.121.994/0002-71 (Filial São Paulo)

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit/(Déficit) dos exercícios	3.594.482	(326.586)
Ajustes para reconciliar o superávit/(déficit) ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Depreciação/Amortização	111.231	125.321
Superávit/(Déficit) dos Exercícios Ajustado	3.705.713	(201.265)
(Aumento)/Diminuição dos Ativos		
Créditos a receber	(22.141)	1.587
Titulos e valores mobiliários	(4.560.953)	241.972
Doações a receber	(1.170.698)	(6.902.614)
	(5.753.792)	(6.659.055)
Aumento dos Passivos		
Obrigações tributárias, trabalhistas e sociais	64.821	8.153
Contas a pagar	37.380	4.435
Recursos para projetos sociais	2.058.827	6.924.909
	2.161.028	6.937.497
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	112.949	77.177
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de bens (imobilizado e intangível)	(113.382)	(101.357)
Caixa líquido utilizado das atividades de investimentos	(113.382)	(101.357)
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(433)	(24.180)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	785	24.965
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	352	785
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(433)	(24.180)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Miguel de Ouro Preto Corrêa do Lago
Diretor Presidente
CPF 124.110.557-06

Marcelo Alves Caridade
Contador
CRC 116408/O-6

1. Contexto social

O Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (“IEPS” ou “Instituto”), constituído em 10 de outubro de 2018 sob a razão social de Instituto de Estudos da Saúde, teve sua razão social alterada em 1º de julho de 2019, mediante aprovação em Assembleia Geral Extraordinária de seus Associados Fundadores.

O Instituto é uma associação civil sem fins lucrativos, independente e apartidária, com sede no Rio de Janeiro, e endereço alterado através da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 4 de julho de 2022, na Rua Visconde de Pirajá, nº 437, salas 301, 306 e 307, Ipanema, e filial em São Paulo, na Rua Itapeva, nº 286, conjunto 81 a 84, Bela Vista.

O Instituto tem por objeto social a análise do setor de saúde no Brasil, e suas componentes, com vistas a contribuir para o aprimoramento das políticas públicas relevantes para a área.

O Instituto defende a ideia de que toda a população brasileira deva ter acesso à saúde de qualidade e que o uso de recursos e a regulação do sistema de saúde sejam os mais efetivos possíveis. Defende também que o acesso à saúde respeite o princípio da equidade, tendo o Estado Brasileiro um papel relevante, de natureza distributiva, neste processo.

Atualmente, o IEPS possui quatro eixos de atuação:

1. Produção de pesquisa científica
2. Formulação de propostas de políticas públicas
3. Fortalecimento da gestão pública
4. Promoção de uma cultura de saúde

O Instituto também se propõe a ser um espaço de encontro e articulação que facilite e estimule o diálogo franco sobre todos os assuntos que têm a ver com o sistema de saúde, a pesquisa rigorosa e a coerência na formulação de políticas públicas de saúde.

O Instituto tem o prazo de duração indeterminado e sua dissolução só poderá ser efetuada por meio de decisão da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Em caso de sua dissolução social, os bens remanescentes serão destinados a outra entidade sem fins lucrativos e econômicos, preferencialmente com a mesma finalidade, nos termos da legislação aplicável.

Para administração de suas atividades, o Instituto através de alteração de seu Estatuto em 30 de janeiro de 2023 passou a ter a seguinte estrutura:

- a. Assembleia Geral, seu órgão soberano, é a reunião dos associados, realizada com a finalidade de deliberar sobre matérias de IEPS.
- b. Diretoria, órgão responsável pela direção e representação do IEPS. É constituída por 1 Diretor Presidente, 1 Diretor de Pesquisa, 1 Diretor de Políticas Públicas e 1 Diretor Administrativo-Financeiro e 1 Diretor de Relações Institucionais. O mandato da Diretoria é de três anos, permitidas reeleições.
- c. Conselho Consultivo, órgão de aconselhamento da Diretoria e dos associados fundadores. Composto por no mínimo 3 membros, com mandato de 3 (três) anos, permitidas reeleições.
- d. Conselho Fiscal, órgão colegiado, constituído por 2 (dois) membros, com mandato de 3 (três) anos, permitidas reeleições.
- e. Conselho de Administração, órgão colegiado, constituído por no mínimo 3 (três) e no máximo 11 (onze) membros, com mandato de 3 (três) anos, permitidas reeleições.

2. Base para preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas (Resolução Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.255/09, NBC TG (R1) 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, que aprovou o pronunciamento técnico PME do Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC) e em conformidade com a Resolução do CFC nº 1.409/12, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem finalidades de lucros, alterada e consolidada em 21 de agosto de 2015 como ITG 2002 (R1).

A Administração do Instituto autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 4 de novembro de 2024.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras do Instituto foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos designados a valor justo por meio do resultado, mensurados pelo valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras do Instituto são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Os itens das demonstrações financeiras onde a prática de julgamento pela Administração para determinação do valor de tais itens pode ser considerada mais relevante referem-se à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e provisões para passivos trabalhistas.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

O Instituto reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação quando se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja identificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Instituto gerencia seus investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. São medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e Recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos e calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalente de caixa

Compreendem os montantes de caixa e aplicações financeiras disponíveis em contas bancárias de livre movimentação. Essas aplicações são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado”.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Instituto possuía os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, obrigações trabalhistas e sociais e recursos para projetos sociais.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas

As doações e contribuições recebidas para custeio operacional são contabilizadas em contas de receita, que são divididas em Receitas com restrições e Receitas sem restrições.

Recebimento de recursos com restrições – registram os recursos recebidos, firmados em instrumentos contratuais com doadores e destinados às atividades sociais desenvolvidas pelo Instituto. São reconhecidos como valores a receber dos doadores e obrigação do Instituto perante os doadores e são contabilizados inicialmente no ativo – Doações a Receber e no passivo – Obrigações com Projetos Sociais. As doações têm seu reconhecimento em conta de receita a partir da realização efetiva das despesas com os projetos sociais as quais estão vinculadas.

Recebimento de recursos sem restrições – registram os recursos de prestação de serviços e das contribuições e doações voluntárias. As receitas de doações voluntárias variam em função do nível de assistência que o doador está disposto a oferecer ao Instituto. Esses recursos são contabilizados diretamente na conta de resultado, em Receitas Operacionais.

Os valores relativos às doações de recursos internacionais são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio nas datas de início de vigência dos contratos, incorporando as variações cambiais ocorridas até a data do fechamento do balanço.

O reconhecimento das despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

c. Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, incluindo operações de *hedge*.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessárias. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Um item do imobilizado é baixado após a alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Ganhos e perdas na baixa ou na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação dos itens do ativo imobilizado é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

	2023	2022
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	42 meses	42 meses

As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas com base no prazo de vigência do contrato de locação do imóvel.

e. Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros (softwares) e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear, com vida útil estimada de 5 anos.

f. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. O Instituto não identificou nenhum ativo com redução no seu valor recuperável.

g. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

h. Patrimônio Social

Representa o patrimônio inicial do Instituto, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados mensalmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais do Instituto.

i. Obrigações, imunidades e isenções tributárias

O Instituto, por sua finalidade e objetivos e por atender aos requisitos da legislação em vigor (Artigo 15 da Lei nº 9532/97 e artigo 170 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR), usufrui de isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Não estão abrangidos pela isenção do imposto de renda os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras que, de acordo com a norma tributária, são retidos na fonte.

j. Apuração do superávit ou déficit

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta bancária é destinada ao recebimento dos recursos das operações da Instituição e à liquidação das despesas correntes, não havendo restrições, bem como bloqueios judiciais para suas movimentações.

Descrição	2023	2022
Caixa e bancos	352	785
	352	785

5. Títulos e Valores Mobiliários

O Instituto possui investimentos financeiros que referem substancialmente a aplicações em instrumentos de Renda Fixa, discriminados a seguir:

Descrição	Cotas em 2023	Cotas em 2022	Vencimento	2023	2022
Itaú - Priv. Exclusive FIC	9.714,47	572,89	-	4.095.789	215.262
Itaú - CDB Pós fixado	2.520.230,00	2.524.269,00	17/04/2024	3.328.123	2.945.112
Itaú - CDB Pós fixado	332.510,00	332.510,00	14/04/2025	410.872	362.562
Bradesco - CDB Invest Facil	-	-	-	486.012	237.087
Bradesco - FIC FI RF DI	1.253,26	1.277,05	-	1.760	1.580

6. Créditos

O Instituto possui créditos que estão discriminadas a seguir:

Descrição	2023	2022
Créditos a receber	31.041	8.900
	31.041	8.900

7. Doações a receber

Os recursos de doações a receber, destinados à execução das atividades estatutárias e firmados em instrumentos contratuais, são reconhecidos no ativo tendo como contrapartida uma obrigação do Instituto perante os doadores e/ou parceiros (Nota 12). Essas obrigações são reconhecidas nas contas de resultado de acordo com a realização das despesas prevista no contrato firmado.

O Instituto possui doações a receber, divididas em curto prazo e longo prazo e por doadores, que estão discriminadas a seguir:

Doações a receber	2023	2022
Curto prazo	4.837.460	4.373.414
Moeda nacional	1.943.625	1.623.602
Moeda estrangeira	2.893.835	2.749.812
Longo prazo	7.489.079	6.782.427
Moeda nacional	3.162.000	295.625
Moeda estrangeira	4.327.079	6.486.802
Total	12.326.539	11.155.841

Os valores da tabela acima estão descritos, de forma analítica, na tabela abaixo.

Curto Prazo	2023	2022
Associação Umame	1.060.000	883.274
Instituto Cactus	-	370.328
Instituto Çarê	295.625	370.000
Imperial College – Conflict in RJ	92.235	92.235
Imperial College - Fragmentation	1.524.307	1.815.616
York Unit	1.006.868	841.960
Saúde Digital - Johns Hopkins University	270.425	-
Instituto Betty	51.000	-
Instituto Arapyau	462.000	-
Fundação José Luiz Egydio Setubal	75.000	-
	4.837.460	4.373.414
Longo Prazo	2023	2022
Associação Umame	2.700.000	-
Instituto Çarê	-	295.625
Imperial College – Conflict in RJ	-	92.235
Imperial College - Fragmentation	1.796.596	3.017.521

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

York Unit	2.530.483	3.377.046
Instituto Arapyau	462.000	-
	7.489.079	6.782.427

O continuidade do repasse dos recursos com restrições ao Instituto pelo doador está condicionado à comprovação das atividades realizadas, que é efetuada através do envio da prestação de contas periódica e apresentação das demonstrações financeiras auditadas.

8. Imobilizado

Descrição	Taxas Anuais Depreciação	Valor líquido 31/12/2022	Aquisições	Baixas	Depreciação/ Amortização	Valor líquido 31/12/2023
Equipamentos de Informática	20%	219.818	56.738	-	(67.406)	209,150
Móveis e Utensílios	10%	144.201	19.269	-	(23.489)	139,981
Máquinas e Equipamentos	20%	19.141	19.027	-	(4.042)	34,126
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		-	18.348	-	(11.291)	7,057
Total Imobilizado		383.160	113.382	-	(106.228)	390.314
Intangível - Software	20%	8.319	-	-	(5.003)	3.316
Total Intangível		8.319	-	-	(5.003)	3.316

O Instituto não identificou indícios de desvalorização do valor recuperável de seu ativo imobilizado, conforme previsto no CPC PME.

9. Contas a pagar

Descrição	2023	2022
Fornecedores	42.797	5.417
	42.797	5.417

10. Obrigações trabalhistas e sociais a recolher

Descrição	2023	2022
Provisão de férias	273.194	208.373
	273.194	208.373

11. Recursos para projetos sociais

O Instituto possui obrigações decorrentes de recursos de doações com restrições, divididas em curto prazo e longo prazo e por doadores, que estão discriminadas a seguir:

Descrição	2023	2022
Recursos de doações - curto prazo	6.003.614	4.651.439
Recursos de doações - longo prazo	7.489.079	6.782.427
	13.492.693	11.433.866

Os valores da tabela acima estão descritos, de forma analítica, na tabela abaixo.

Curto Prazo	2023	2022
Associação Umane	1.426.602	1.120.618
Instituto Cactus	-	393.970
Instituto Çarê	433.595	490.967
Saúde na Amazônia - ICS	1.083	75.701
Imperial College - Conflict in RJ	129.582	208.692
Imperial College - Fragmentation	2.135.276	1.668.458
York Unit	864.772	693.033
Instituto Arapyauí	462.000	-
Instituto Betty	80.770	-
Fundação José Luiz Egydio Setubal	77.549	-
Saúde Digital - Johns Hopkins University	270.425	-
Umane Saúde Privado	121.960	-
	6.003.614	4.651.439
Longo Prazo	2023	2022
Associação Umane	2.700.000	-
Instituto Çarê	-	295.625
Imperial College - Conflict in RJ	-	92.235
Imperial College - Fragmentation	1.796.596	3.017.521
York Unit	2.530.483	3.377.046
Instituto Arapyauí	462.000	-
	7.489.079	6.782.427

12. Patrimônio Social

O patrimônio social é representado por fundos originados dos resultados anuais e das doações de bens e recursos recebidos, a serem utilizados na consecução dos objetivos sociais do Instituto.

Na hipótese de o Instituto perder a atribuição conferida pela Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999, o acervo patrimonial do Instituto deverá ser transferido para outra(s) pessoa(s) jurídica(s) qualificada(s).

O Estatuto Social proíbe a distribuição de quaisquer parcelas do patrimônio social ou do superávit apurado, devendo ser aplicados unicamente na operação do Instituto.

13. Receitas Operacionais

Descrição (Recursos com restrição)	2023	2022
ASSOCIAÇÃO UMANE	1.429.001	1.437.295
INSTITUTO CACTUS	383.641	301.209
INSTITUTO ÇARE	352.997	304.033
ICS - SAUDE NA AMAZONIA	74.618	50.299
IMPERIAL COLLEGE - CONFLICT IN RJ	171.345	68.013
IMPERIAL COLLEGE - FRAGMENTATION	676.553	147.158
YORK UNIT	546.707	148.928
INSTITUTO BETTY	19.180	-
FUNDAÇÃO JLES	72.451	-
	3.726.493	2.456.935

As receitas dos projetos são reconhecidas na contabilidade de acordo com a sua execução orçamentária, respeitando seus respectivos saldos.

Abaixo, seguem divisões dos contratos executados durante o exercício, de acordo com sua captação ou vigência.

Contratos em andamento:

Associação Umane – até 12/2024*	1.429.001
Instituto Çarê – até 11/2024	352.997
Imperial College - Conflict in RJ – até 02/2025	171.345
Imperial College – Fragmentation – até 09/2026	676.553
York Unit – até 08/2027	546.707
Total	3.176.603

* O contrato atual com a Associação Umane finaliza a vigência em dezembro de 2024, porém o instrumento contratual prevê renovação até dezembro de 2026.

Contratos finalizados em 2023:

Instituto Cactus	343.641
Instituto Cactus – Frente Parlamentar	40.000
Saúde na Amazônia - ICS	74.618
Total	458.259

Contratos captados em 2023:

Instituto Betty – até 07/2024	19.180
FJLES – até 08/2024	72.451
Total	91.631

Os contratos acima foram renovados por mais um ano em 2024 com os seguintes novos aportes: Instituto Betty E A. Jacob Lafer no total de R\$ 156.250,00 e Fundação José Luiz Egydio Setubal (FJLES) no total de R\$ 150.000,00.

Descrição (Recursos sem restrição)	2023	2022
Projeto TECHSUS	2.000.000	-
Demais Contribuições e Doações Voluntárias PF	6.391.133	5.114.940
Contribuições e Doações Voluntárias PJ	500.000	-
Prestações de Serviços	83.200	33.000
Outras Receitas	663	3.073
	8.974.996	5.151.013

14. Atividades Programáticas

	2023	2022
Projetos e Parcerias	197.374	345.054
Eventos	31.020	14.144
Serviços de Terceiros	1.898.830	2.052.889
Despesas com pessoal	3.153.769	2.778.426
	5.280.993	5.190.512

As despesas com pessoal relacionadas às "Atividades Programáticas" referem-se à equipe contratada do IEPS trabalhando diretamente em diversos programas sob gestão do IEPS ligados aos objetivos do Estatuto Social.

15. Despesas com pessoal

Descrição	2023	2022
Remuneração	1.884.525	1.451.208
Encargos sociais	466.009	355.370
Benefícios	653.872	426.543
	3.004.406	2.233.121

As despesas de pessoal referem-se à equipe contratada do IEPS, inclusive a de Administração do Instituto.

16. Serviços prestados por terceiros

Descrição	2023	2022
Serviços Prestados PF/Encargo Social	15.788	647
Serviços Prestados PJ	152.808	76.124
Assessoria / Auditoria contábil	156.531	76.095
Assessoria Jurídica	64.608	63.334
Outros serviços prestados	136.314	89.486
	526.049	305.686

17. Viagens e estadias

Descrição	2023	2022
Passagens aéreas	244.428	91.419
Outras despesas de viagens	169.766	96.799
	414.194	188.218

18. Despesas gerais e administrativas

Descrição	2023	2022
Infraestrutura		
Aluguel e condomínio	448.294	353.947
Outras Despesas com infraestrutura	73.013	50.767
Outras Despesas Administrativas	109.233	82.538
	630.540	487.252

19. Encargos e Impostos

Descrição	2023	2022
Taxas	946	1.244
ITCMD	-	16.480
	946	17.724

20. Resultado financeiro líquido

Descrição	2023	2022
Receita Financeira		
Receita financeira	981.710	687.198
Despesas Financeiras		
Imposto de renda sobre aplicação financeira	(94.081)	(67.021)
Despesa com IOF	(11.399)	(3.287)
Outras Despesas Financeiras	(14.878)	(3.590)
	861.352	613.300

21. Instrumentos Financeiros

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalente de caixa, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

A Administração do Instituto procede a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado utilizando-se das informações disponíveis e metodologias apropriadas, procedimento este que requer considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor justo. A consistência desse valor justo é revisada pela Administração.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício o Instituto não realizou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Instituto está sujeito a risco de crédito e risco de liquidez.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Instituto incorrer em perdas financeiras caso um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais. Os valores de caixa e equivalentes de caixa em instituição financeira apresentados na tabela abaixo representam a máxima exposição de crédito sobre esses ativos:

	2023	2022
Caixa e bancos	352	785
Títulos e valores mobiliários	8.322.556	3.761.603
Créditos a receber	31.041	8.900
Doações a receber - CP	4.837.460	4.373.414
Doações a receber – LP	7.489.079	6.782.327
	20.680.488	14.927.029

(ii) Risco de variação cambial

Em 31 de dezembro de 2023, o Instituto estava exposto ao risco de variação cambial em relação aos valores de Doações a receber em moeda estrangeira no montante de R\$ 7.220.914 (Nota 7). Uma variação positiva ou negativa, da taxa de câmbio em relação ao real, com todas as outras variáveis mantidas constantes, em relação ao valor de Doações a receber em moeda estrangeira não afetaria o Patrimônio Líquido e o Superavit/déficit do ano dado que o resultado produzido pela variação cambial aumentaria ou reduziria o saldo de Recursos de Projetos Sociais (Nota 11).

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

(iv) Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Instituto usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** – Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);

- **Nível 3** – Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros do Instituto está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras).

22. Partes relacionadas

São partes relacionadas do Instituto os Associados Fundadores, os Diretores e os membros do Conselho Consultivo.

Membros da Diretoria – No Estatuto Social do Instituto possui previsão para remunerar os membros da Diretoria por sua atuação e pela prestação de serviços específicos.

Conselho Consultivo e Conselho Fiscal - conforme determina o Estatuto Social, os membros dos Conselhos Consultivo e Fiscal não são remunerados. Assim sendo, o Instituto não concede nenhum tipo de remuneração, em razão das competências, funções ou atividades que lhes forem atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

23. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não existiam reclamações trabalhistas contra o Instituto classificadas como perda provável e/ou possível que requeresse provisão para contingências.

24. Eventos subsequentes

Até 4 de novembro de 2024, data de autorização de sua emissão, não ocorreram eventos que pudessem alterar de forma significativa estas demonstrações financeiras e não há indícios que as atividades e as operações do Instituto tenham sido comprometidas.

Miguel de Ouro Preto Corrêa do Lago
Diretor Presidente
CPF 124.110.557-06

Marcelo Alves Caridade
Contador
CRC/RJ 062.161-4